

ANGOLA

Capital: Luanda
População: 29,310,273
Produto Interno Bruto por pessoa (Paridade do poder de compra): \$6,800
Índice de Desenvolvimento Humano: Médio (0,581)
Liberdade no mundo: Não é Livre (24/100)

Pontuações de Sustentabilidade da CSO em 2017 para Angola: 5.7



Em Agosto de 2017, na mudança de Presidente em trinta e oito anos, João Manuel Gonçalves Lourenço, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi eleito para liderar o país. As promessas de campanha de João Gonçalves Lourenço incluíram o combate a corrupção, criação de empregos e melhoria dos sistemas da saúde e a educação. Embora o MPLA recebeu mais de 61% dos votos nas eleições parlamentares, cinco outros partidos adquiriram 70 dos 220 assentos parlamentares, a proporção mais alta de sempre. A eleição foi significativa como uma transição pacífica do poder, e abriu as portas para que as OSCs participassem numa ampla variedade de actividades.

A economia de Angola continuou a lutar em 2017. Uma vez que o petróleo representa cerca de um terço do PIB do país e mais de 95% da sua exportação, o declínio acentuado e prolongado do preço global do petróleo desde os meados de 2014 teve um impacto significativo. A receita reduzida fez com que o crescimento do PIB desacelerasse de uma média anual de 10,3% em 2004-2014 para apenas 1,5% desde 2015. O governo respondeu, reduzindo às despesas, desvalorizando o Kwanza e aumentando as receitas do sector não petrolífero. No entanto, os angolanos continuaram a experimentar uma deterioração acentuada das suas condições de vida em 2017, incluindo a falta de medicamentos nos hospitais, a depreciação dos salários, aumento do desemprego e as constantes flutuações no fornecimento de água e da energia eléctrica.

O Sindicato de Professores Angolanos (SINPROF) mobilizou de forma efectiva uma greve nacional para exigir melhores salários para os professores, melhoria das condições nas escolas, e a protecção dos direitos dos cidadãos. O SINPROF inicialmente convocou a greve no mês de Fevereiro de 2017, mas depois que seus líderes foram intimidados pelas autoridades, a greve foi adiada para o mês de Abril. Os três dias de greve afectaram 99% das escolas da província de Luanda, e finalmente terminaram com as promessas do governo de aumentar os salários, o que foi finalmente concedido pelo novo governo em Abril de 2018. O Sindicato de Trabalhadores da Procuradoria Geral da República manifestou no mês de Maio para exigir salários mais altos e melhores condições de trabalho.

A sustentabilidade geral das OSCs melhorou em 2017. O ambiente legal melhorou significativamente depois que o Tribunal Supremo determinou que o Decreto Presidencial 74/15 sobre o Regulamento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), uma lei impopular que regulamentou as OSCs desde 2015, era inconstitucional. A imagem e a defesa pública das OSCs também melhoraram na sequência da decisão do tribunal, uma vez que as OSCs conseguiram fazer campanhas sem muitas interrupções do governo, e a cobertura do seu trabalho na mídia controlada pelo Estado foi mais positiva. Enquanto as outras dimensões de sustentabilidade das OSCs eram estáveis, a crise financeira em curso testou a resiliência de muitas OSCs e forçou algumas delas a melhorarem a sua capacidade organizacional.

Em 2017, o Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (IPROCAC), o órgão do governo responsável pela supervisão das OSCs, relatou que 309 OSCs nacionais e 55 OSCs internacionais, ou um total de 364 organizações, estavam registadas e operacionais em Angola. Estes números representam um aumento de 23% nas OSCs nacionais (de 252 organizações) e uma redução de 8% nas organizações internacionais (de 60 organizações) em relação a 2016. O IPROCAC não declarou a razão para o aumento significativo nas OSCs locais, que se centram principalmente na prestação de serviço, mas alguns observadores acreditam que foi devido à falta de oportunidades de emprego aos jovens, bem como o crescente interesse em assuntos comunitários. O número de OSCs internacionais reduziu por causa das reduções de ajuda externa. O IPROCAC também relatou que 29 Organizações Religiosas (OR), 23 nacionais e 6 internacionais, estavam operacionais em 2017.

Ambiente Legal: 6.1



O ambiente legal/jurídico para as OSCs foi melhorado em 2017 com a abolição do Decreto Presidencial 74/15. O governo usou o decreto desde 2015 para impor obstáculos significativos às operações das OSCs. Por exemplo, o decreto atribuiu poderes significativos ao IPROCAC para definir áreas prioritárias para intervenções das OSCs, orientar a implementação do seu programa, supervisionar as suas operações, e restringir seu acesso ao financiamento. O Decreto Presidencial também exigia que as OSCs passassem por procedimentos de registos onerosos com várias autoridades, incluindo o Ministério das Relações Exteriores. Em 2016, a Ordem dos

Advogados de Angola, a SOS Habitat, a Rede Terra e o Centro Nacional de Aconselhamento entraram com uma acção judicial para que o decreto fosse declarado inconstitucional. No dia 5 de Julho de 2017, o Tribunal Constitucional declarou que o Decreto Presidencial 74/15 violava a constituição e que a autoridade para regular as OSCs reside no parlamento e não no Presidente. Em Novembro, o novo Presidente anunciou a sua intenção de abolir o decreto.

A decisão do tribunal facilitou de forma significativa o ambiente operacional das OSCs, especialmente aquelas que tiveram dificuldades nos anos anteriores. Por exemplo, a Aliança para o Desenvolvimento e Promoção da Comuna do Hoji-Ya-Henda (APDCH), a SOS Habitat, a Omunga e o Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos resumiram as suas actividades depois que as restrições nas suas contas bancárias foram removidas. A Rede Terra,

que trabalha em questões de terra na província do Kwanza Sul foi interrompida pelas autoridades provinciais, começou a trabalhar outra vez nos conflitos de terra. A liberdade de expressão também se abriu, com o novo governo a fazer mudanças na gestão da Televisão Pública de Angola (TPA), incluindo a remoção de alguns aliados próximos a administração anterior. O governo permitiu a Rádio Eclésia, que estava limitada apenas para Luanda desde 1975, expandisse o alcance geográfico da sua transmissão, e a estação começou a cobrir as actividades das OR e a promover os direitos humanos. Apesar destas mudanças, algumas organizações continuaram a enfrentar obstáculos. Por exemplo, a Rede Angolana das Organizações Não-Governamentais de Luta Contra o VIH/SIDA (ANASO), experimentou dificuldades com o seu registo, incluindo pedidos de documentos adicionais pelo Ministério da Justiça e uma espera mais longa do que o normal para a aprovação. A Associação dos Amigos de Seropositivos (AS) em Angola, encontrou obstáculos similares durante o seu esforço para registar-se. Ambas organizações foram finalmente permitidas a registarem-se em 2017.

A Lei 2/21 de 2011 permite que as OSCs forneçam serviços e produtos como entidades privadas. Como Organizações Sem Fins Lucrativos, as OSCs podem não obter lucros por si, mas elas podem cobrar para recuperar quaisquer custos incorridos pelo fornecimento de serviços.

As OSCs registadas com a Administração Geral Tributária (AGT) sob tutela do Ministério das Finanças têm direito à importação isenta de impostos de certos itens necessários para o trabalho humanitário, como roupas usadas e tendas. As OSCs podem solicitar à AGT para importar outros itens com isenção de impostos, desde que obtenham autorização do IPROCAC e a aprovação do ministério relevante antes de solicitarem à AGT para as isenções. Em 2017, várias organizações receberam isenções, incluindo a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), que importou bombas Kickstart para projectos agrícolas. As OSCs registadas podem obter isenção de impostos para os funcionários, solicitando ao IPROCAC e ao Ministério da Justiça e submetendo a aprovação à Administração Geral Tributária. Geralmente, o processo de solicitação não é difícil. Em 2017, a Development Workshop (WD) obteve isenção de impostos para os seus funcionários.

Em 2017, um grupo de advogados independentes, conhecido como Associação Mãos Livres continuaram a fornecer serviços pro bono às OSCs que precisavam de conselhos jurídicos, que são geralmente organizações que promovem os direitos humanos.

Capacidade Organizacional: 5.8

Não houve mudanças na capacidade organizacional das OSCs em 2017. A crise económica e financeira do país continuou a ter um impacto negativo nas organizações angolanas, e o declínio no financiamento levou algumas organizações a não implementarem as actividades planeadas e outras a demitirem funcionários. Ao mesmo tempo, de acordo com as declarações feitas pelos representantes das OSCs durante um workshop em Luanda em Julho de 2018, a crise provou a resiliência das organizações e até obrigou algumas a melhorarem as suas capacidades organizacionais.

Várias OSCs procuraram gerir as suas dificuldades financeiras, discutindo a sua situação com os seus constituintes. Por exemplo, o Conselho de Administração da ADRA informou aos membros da assembleia geral, o Encontro Nacional das Comunidades, e os participantes nos workshops de treinamento de desenvolvimento comunitário sobre a sua situação financeira e a potencial necessidade de reduzir algumas actividades. A mesma abordagem foi adoptada pela OPSA e pelas igrejas cristãs e tradicionais, como a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

(CEAST) e o Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA). A sua franqueza ajudou as partes interessadas a entenderem e a ajustarem-se à situação imposta pela crise financeira.

As OSCs em Angola aprenderam que a planificação estratégica a longo prazo é benéfica, especialmente porque ajuda as organizações a centrarem-se nas suas áreas de força, desenvolverem propostas de financiamento e construir a confiança dos doadores. Numa mudança gradual em relação aos anos anteriores, um número crescente de organizações maiores adoptaram alguns tipos de planos estratégicos. Por

exemplo, a DW, a ADRA, a Prazedor, a Associação de Mulheres Portadoras do VIH/SIDA (Mwenho), Organização Humanitária Internacional (OHI), o Fórum Juvenil de Apoio a Saúde e Prevenção do SIDA (FOJASSIDA), o Círculo Rastafári de Benguela (CRB) e o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) têm planos estratégicos que abrangem vários anos, que incluem objectivos alcançáveis baseados nas suas forças e experiências. As OSCs locais urbanos e provinciais de tamanho médio também tendem a ter declarações de missão, metas de longo prazo e alguns objectivos estratégicos. As OSCs menores têm um foco sectorial, mas geralmente não têm planos estratégicos.

Numa reunião organizada pela ANASO em Maio de 2017, muitas OSCs revelaram que elas não realizam reuniões das suas assembleias gerais, geralmente devido à falta de interesse dos membros, à escassez de fundos ou a medos de mudança de liderança. A ANASO conseguiu convencer alguns dos seus membros a organizarem reuniões de assembleia geral durante o ano. Apenas algumas grandes organizações, como a ADRA, Mwenho e a DW relataram que elas realizaram reuniões regulares do Conselho de Administração para discutir questões organizacionais, incluindo questões políticas chave. Além disso, as OSCs continuaram a demonstrar políticas internas e procedimentos de prestação de contas fracos em 2017. Por exemplo, muitas OSCs não têm políticas sobre a gestão de recursos humanos, a contabilidade financeira, as estratégias de angariação de fundos ou os procedimentos administrativos, principalmente porque lhes faltam conhecimentos organizacionais e os recursos financeiros para desenvolvê-los. No entanto, várias OSCs, incluindo a Prazedor e a OPSA, fizeram progressos no desenvolvimento de manuais e directrizes durante o ano.

A maioria das OSCs teve dificuldades em manter os funcionários experientes e qualificados, devido à falta de rendimento a longo prazo em 2017. Muitas organizações não pagaram salários, reduziram salários, atrasaram o pagamento ou em casos extremos, despediram funcionários. As suas dificuldades financeiras fizeram com que muitos funcionários, que ainda trabalharam com as OSCs, tivessem empregos paralelos. A ausência de funcionários adequados prejudicou a gestão das organizações e por sua vez dificultou a angariação de novos fundos. Sempre que possível, as OSCs contaram com os voluntários. A alta taxa de desemprego no país causou que muitos jovens organizavam grupos locais para fornecer ajuda humanitária e outros serviços, que eles operavam de forma voluntária. Às vezes, estes grupos associavam-se localmente com mais OSCs estabelecidas, e os voluntários às vezes podiam receber refeições em troca dos trabalhos realizados.



As OSCs nas cidades maiores, que têm vários projectos, arrendam escritórios equipados com computadores e móveis razoavelmente bons. As OSCs nas áreas rurais geralmente têm escritórios básicos em casas particulares próximas às administrações municipais ou comunais. As organizações em Luanda e em outras grandes cidades têm relativamente bom acesso à Internet, mas nas áreas remotas os serviços de Internet são escassos, e as OSCs geralmente dependem de smartphones para acessá-la. Os funcionários das OSCs com boas habilidades de comunicação, muitas vezes divulgam informações através das contas nas redes sociais em nome das suas organizações ou, nas pequenas OSCs, nos seus próprios nomes.

Viabilidade Financeira: 6.3



A viabilidade financeira das OSCs não se alterou visivelmente em 2017. As organizações angolanas foram muito afectadas pela actual crise económica e financeira. A Organização Humanitária Internacional relata que os financiadores nacionais e internacionais tendem a financiar as mesmas organizações repetidamente, negligenciando assim e marginalizando as outras OSCs. De acordo com a ANASO, apenas as organizações com fontes diversificadas de receitas ou boas conexões com o governo estavam activas em 2017. Várias outras organizações tornaram-se temporariamente inactivas por falta de fundos.

Os doadores bilaterais e multilaterais emitiram um número limitado de convites para propostas durante o ano. Por exemplo, a USAID solicitou pedidos de uma doação de 63 milhões de dólares para serviços relacionados à malária e VIH/SIDA, que foi concedida à Population Services International, uma OSC internacional. A USAID também continuou o seu projecto de ligações, que financia as OSCs locais para fornecer serviços relacionados ao VIH/SIDA às populações-chaves. O Banco Mundial continuou a fornecer financiamento ao Fundo de Apoio Social (FAS), uma entidade governamental que gere fundos do Banco Mundial para projectos sociais, incluindo actividades comunitárias envolvendo organizações locais. O Fundo Global Lutando contra a SIDA, Malária e a Tuberculose continuou a fornecer financiamento às OSCs através de várias agências da Nações Unidas (ONU), e a Visão Mundial subcontratou OSCs locais tais como a FOJASSIDA para projectos destinados a melhorar as vidas de crianças, famílias e comunidades. A União Europeia (UE) também continuou os seus programas de financiamento.

O financiamento do governo está disponível para as OSCs através de contratos para serviços oferecidos pelas administrações municipais e provinciais. Por exemplo, a FOJASSIDA desenvolveu um nicho credível no município do Cazenga em Luanda, trabalhando no desenvolvimento da juventude, que levou vários contratos de serviço com o Cazenga e a administração da província do Bié.

Os fundos dos programas de responsabilidade social das empresas petrolíferas são direccionados para um número limitado de OSCs. Em 2017, a ENI, uma empresa petrolífera italiana, financiou um "Projecto Social Integrado" de quatro anos centrado em energia solar, água e treinamento de agricultores nas províncias da Huíla e Namibe em cooperação com a ADPP, e a UNITEL forneceu financiamento ao Centro Okutika para crianças e adolescentes no

Huambo para formação vocacional para 15 jovens. Além disso, os fundos do sector privado, as fundações privadas e pessoas individuais eram extremamente escassas em 2017.

As OSCs não realizam campanhas de angariação de fundos e geralmente não cobram taxas dos membros. Algumas OSCs geram receitas para programas, vendendo produtos. Por exemplo, o CRB vende roupas feitas à mão, a Prazedor realiza trabalhos de consultoria, e a Associação de Mulheres Portadoras do VIH/SIDA vende artesanatos.

Os sistemas de gestão financeira da maioria das OSCs mais pequenas são fracas, principalmente porque lhes faltam recursos humanos qualificados para desenvolverem tais sistemas. As organizações maiores como a DW, a Mosaiko e a APDCH continuaram a manter sistemas de gestão financeira sólidos e realizar auditorias anuais em 2017. O CICA e a ADPP adoptaram um novo sistema financeiro chamado Primavera, que lhes permitiu produzir relatórios financeiros com mais eficiência.

Advocacia: 5.2

A advocacia das OSCs melhorou em 2017. Depois que o Decreto Presidencial 74/15 foi declarado inconstitucional em Julho, as OSCs foram capazes de fazer campanhas para proteger os direitos humanos sem interferências significantes do governo. Por exemplo, a Rede Terra voltou a apoiar pequenos proprietários de terras que tentam acabar com a apropriação de terras por entidades empresariais no Kwanza Sul. A Omunga trabalhou em direitos humanos e desenvolvimento local, com foco em assuntos locais que tenham implicações nacionais, como a demolição de casas pelo governo. A Omunga começou uma campanha local sobre o assunto, que eventualmente se tornou nacional e a Omunga também desempenhou um papel proeminente na preparação de relatórios dos direitos humanos sombra para a União Africana e as Nações Unidas. A SOS Habitat retomou a advocacia em direitos humanos e práticas democráticas em Angola, especialmente aquelas envolvidas em questões do direito de terra.



As OSCs continuaram a interagir eficientemente com as entidades governamentais em 2017. As OSCs locais trabalharam na educação dos eleitores com a Comissão Nacional Eleitoral, que reconheceu que as OSCs tiveram conexões valiosas com as comunidades locais e de nível base. A ANASO realizou vários workshops nacionais e regionais com as OSCs das províncias do Kwanza Norte, Benguela, Huíla e Cunene, para discutir a inclusão das OSCs em fóruns consultivos municipais e provinciais. Alguns funcionários do governo participaram de forma informal nestas reuniões. Posteriormente, como resultado destes esforços, o Vice-Presidente, outros funcionários do governo central e deputados da Assembleia Nacional reuniram-se com representantes da ANASO, e as administrações municipais convidaram as OSCs a participarem nos órgãos consultivos locais para discutirem os planos de desenvolvimento.

Um número de outros esforços de advocacia foram bem-sucedidos em 2017. Pela primeira vez em Angola, o SINPROF mobilizou um movimento nacional para exigir melhores salários para os professores e a protecção dos

direitos dos cidadãos consagrados na lei. Numa rara demonstração de tolerância, as autoridades permitiram que um grupo de mulheres protestasse contra a proposta de criminalização do aborto. Em Benguela, uma campanha coordenada pela OHI e o CRB e financiada pela União Europeia promoveu protecções contra violações dos direitos humanos. Outros actores da sociedade civil também tornaram-se mais assertivas. Por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores da Procuradoria Geral da República protestou por melhores salários e condições de trabalho, e o Sindicato de Controladores do Tráfego Aéreo fez negociações com o Ministério de transporte por melhores salários. Uma greve dos taxistas de Luanda para mais paragens de táxi, aumento das tarifas e menos perseguição policial teve um grande impacto social e da média, embora os grevistas não tenham alcançado a maioria das suas exigências. As OSCs de Benguela organizaram os chamados debates de quinta-feira para promover temas de mudança social.

As OSCs também se dedicaram a lobbying bem-sucedido em 2017. Por exemplo, um grupo de mulheres de Benguela reuniu-se com a Sexta Comissão, o subcomité parlamentar que supervisiona assuntos relacionados à saúde. Ao pedido do grupo, a Sexta Comissão reteve a proposta de lei para criminalizar o aborto, pendente de mais consultas públicas.

Durante todo o ano, as OSCs continuaram a levantar a questão da reforma do ambiente legal restritivo e, especialmente revogar o Decreto Presidencial 74/15. Uma coalizão formada pela SOS Habitat, Rede Terra e o Centro Nacional de Aconselhamento esteve entre as partes solicitando que o Tribunal Constitucional eliminasse o decreto. Elas ganharam um veredicto de sucesso do caso em Julho.

Fornecimento de Serviço: 5.3



O fornecimento de serviço das OSCs foi estável em 2017. As OSCs continuaram a ajudar a melhorar os serviços básicos disponíveis para as comunidades angolanas nas áreas como a educação, água e saneamento, agricultura, saúde e segurança rodoviária. A ADPP concluiu um projecto de água e saneamento de três anos apoiado pela USAID em Benguela, durante o qual os estudantes, professores e activistas comunitários em 100 escolas primárias e as suas comunidades adjacentes foram treinados na promoção da higiene pessoal e saneamento comunitário. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) financiou um consórcio de

cinco OSCs – Prazedor, Mbakita, Etungafano, Associação para o Desenvolvimento Comunitário (ADC) Associação de Pessoas Seropositivas e Activistas da Luta Contra o SIDA (ASPALSIDA) – para implementarem um projecto de resposta ao VIH “Prevenção e Controlo do VIH/SIDA e TB” nas províncias do Cuando Cubango, Huíla, Namibe e Cunene.

As OSCs trabalharam com grupos comunitários para fortalecerem as suas actividades em 2017. Por exemplo, com o financiamento da USAID, a ADRA e a DW continuaram a fornecer treinamento sobre gestão de projectos de água para as administrações locais e grupos comunitários e organizaram agricultores para adoptarem práticas agrícolas melhoradas. Um projecto da malária baseado na comunidade, implementado pelo Core Group e a ADPP, fortaleceu

a capacidade das comunidades para prevenir e tratar a malária. A Mafiku e outras organizações forneceram serviços para o FAS para ajudar a desenvolver perfis e planos de desenvolvimento municipais.

Algumas organizações locais como a LPV (Luta Pela Vida) adquirem rendimentos vendendo artesanatos angolanos. As OSCs também adquirem rendimentos através de contratos de serviços com o governo. Por exemplo, a Acção Beneficiante Cristã de Angola, a Prazedor e a OHI têm serviços de contrato com as administrações municipais e provinciais. Algumas organizações cobram pelos serviços para recuperar os custos.

As OSCs geralmente fornecem os seus serviços sem discriminação com base no género, etnia ou orientação sexual. As organizações maiores como a ADRA e a DW publicam relatórios anuais, que elas partilham com as outras OSCs.

Em 2017, o governo demonstrou maior confiança na capacidade das OSCs para fornecer serviços, e as próprias OSCs perceberam que o seu relacionamento com o governo era mais próximo na área de prestação de serviços. Por exemplo, o Governador de Benguela orientou os funcionários do governo a participarem em debates sobre questões de desenvolvimento organizadas pelas OSCs. A FOJASSIDA continuou a parceria com a administração municipal do Cazenga para promover questões de saúde comunitária para os jovens e participou num programa semanal na Rádio Cazenga, filiada ao governo, sobre igualdade do género, direitos humanos e saúde pública. O Fórum Nacional sobre a Malária, que conta com cerca de 100 membros das OSCs e entidades governamentais continuou a reunir-se trimestralmente no Ministério da Saúde para trocar experiências e coordenar as actividades.

Infraestrutura Sectorial: 5.8

A infraestrutura que apoia as OSCs em Angola não mudou em 2017. Poucos centros de recursos ou bibliotecas ofereceram às OSCs oportunidades para aprenderem, pesquisar e trocar ideias e informações. A DW, a AJPD, a ADRA, a Omunga e a Mosaiko estão entre as poucas organizações que oferecem espaço às OSCs para reunirem-se e partilharem informações.

Além dos principais doadores, várias outras organizações concederam subsídios para as OSCs em 2017. O CUAMM – Médicos com África, uma OSC italiana, concedeu doações para projectos relacionados à malária para as organizações locais, incluindo a Caritas, Prazedor e a ADPP, com o financiamento do Fundo Global. Um fundo criado por doze empresas petrolíferas e administrado pela USAID concedeu doação para uma OSC construir um centro de saúde em Benguela, para beneficiar pessoas a serem realojadas das áreas de alto risco propensas a inundações. As empresas petrolíferas também têm programas de CSR que financiam organizações locais directamente. As empresas locais, como a UNITEL e o Grupo Simples forneceram financiamento para os projectos da ADPP na educação e agricultura em 2017.

Uma vez que a crise financeira continuou, as OSCs desenvolveram uma melhor compreensão dos benefícios de trabalhar em conjunto em redes e consórcios. As OSCs ajudaram outras organizações a implementarem projectos e desenvolverem planos estratégicos. Por exemplo, a Prazedor, uma OSC estabelecida na Huíla, liderou a ADC no



Namibe, a ASPALSIDA na Huíla e outras organizações na implementação de um projecto de VIH financiado pelo PNUD.

As redes e consórcios das OSCs também apoiaram os seus membros com oportunidades de treinamento em 2017. Por exemplo, a ANASO ofereceu treinamento de refrescamento na implementação de projectos e gestão do orçamento e organizou quatro conferências regionais para desenvolver posições comuns entre os membros no combate ao VIH/SIDA, tuberculose e malária. Duas redes de OSCs formadas em 2016, o Grupo de Recursos de Naturais de Angola e o Grupo de OSCs para o Orçamento Participativo, ofereceram treinamento aos seus membros sobre desenvolvimento de projectos e participação em processos orçamentais públicos em 2017. Entre vários eventos de capacitação oferecidos pelos doadores, a USAID forneceu treinamento em gestão financeira aos representantes de vinte OSCs. Como resultado do treinamento, as OSCs foram melhor preparadas para advogar eficientemente para reforma da política orçamental. USAID também forneceu financiamento aos Corpos de Voluntários de Serviços Financeiros para fortalecer a capacidade do Grupo de Monitoria do Orçamento, um consórcio das OSCs que trabalham para melhorar a transparência orçamentária através da advocacia junto às autoridades orçamentárias do governo a nível nacional.

Em 2017, em contraste com os anos anteriores, o Governo Angolano parecia considerar as OSCs como parceiros importantes. Em Julho, o Secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária reconheceu publicamente as contribuições das OSCs na melhoria da segurança alimentar, e em Agosto o Ministério do Planeamento reconheceu que as OSCs tiveram um papel importante na melhoria das taxas de mortalidade materno infantil, saneamento comunitário e prevenção da malária. Em Março, o FAS convidou representantes das OSCs e sectores público e privado para participarem numa discussão de órgãos de desenvolvimento comunitário. A discussão enfatizou a ligação entre o trabalho das agências e as OSCs. Em Julho, quando o Ministério da Acção Social estabeleceu o Fundo de Solidariedade Social para que as pessoas pudessem doar dinheiro e utensílios domésticos usados para as pessoas vulneráveis, o Ministério da Acção Social delegou a responsabilidade pela gestão do fundo a uma OSC, Caritas Angola. As parcerias entre as OSCs e as empresas continuaram em 2017, como uma incubadora de empresas criadas pela empresa petrolífera Chevron e a UNITEL ajudaram as OSCs a adquirirem conhecimentos em áreas tais como microfinanças e garantir pequenos empréstimos para projectos comerciais na sua fase inicial. As OSCs participantes no projecto incluíram a DW e a Acção Humana.

Durante o ano, as OSCs trabalharam com as estações de rádio privadas, como a Rádio Eclésia, Rádio Cazenga, Luanda Antena Comercial (LAC) e a Rádio Despertar, bem como os jornais privados locais nas províncias, para abordar questões como a água potável, a violência doméstica, a participação da juventude na política e o papel das comunidades na prevenção da malária e do VIH.

Imagem Pública: 5.4

Em 2017, a imagem pública das OSCs em Angola começou a melhorar aos poucos, graças à abertura e à boa vontade política do novo governo.

A Agência de Notícias Angola Press (ANGOP) controlada pelo governo, publicou artigos positivos sobre as actividades das OSCs em todo o país. A agência forneceu cobertura considerável do trabalho das OSCs a nível provincial, e geralmente cobriu as histórias das OSCs, se informadas com antecedência. *O Jornal de Angola*, um jornal diário amplamente lido, também publicava frequentemente histórias sobre as OSCs. No geral, as OSCs

perceberam que houve mais atenção dada pela média pública e privada às suas actividades durante o ano por causa da atitude positiva do novo governo.



O governo percebeu que as OSCs seriam parceiros produtivos no desenvolvimento local em 2017. Por exemplo, numa reunião de Abril para o Fórum Nacional sobre a Malária, o Secretário de Estado para Saúde Pública aplaudiu o trabalho das OSCs e observou que as suas contribuições reduziram substancialmente o número de casos de doenças. Os funcionários da nova administração continuaram a reconhecer as contribuições das OSCs. Em Outubro, o Secretário de Estado para o Ensino Superior elogiou o trabalho das OSCs, citando o projecto de Água e Saneamento bem-sucedido da ADPP em Benguela. O público também estava mais interessado

no trabalho das OSCs em 2017 e em geral observaram-nas como mais transparentes e incentivadores do envolvimento da comunidade local mais do que os órgãos governamentais. O sector privado teve uma visão similarmente positiva das OSCs, como evidenciado no financiamento que as grandes entidades empresariais forneceram para pequenos projectos das OSCs em 2017.

Durante o ano, várias OSCs continuaram a divulgar as suas actividades nos seus websites e nas redes sociais. A ANASO, a Mwenho e outras organizações atraíram um número maior de seguidores nas suas contas do Facebook e Twitter. As OSCs também usam do rádio local e os jornais provinciais para divulgarem as suas actividades. As OSCs procuraram cooperar com os jornalistas para divulgar lançamentos de projectos, visitas de doadores e outros eventos notáveis.

As OSCs frequentemente têm códigos de ética ou conduta, e os seus planos estratégicos podem abordar a sua implementação. As OSCs partilham relatórios sobre os seus projectos com seus parceiros internacionais e bilaterais, os ministérios relevantes e os administradores municipais e provinciais.

Isenção de Responsabilidade: As opiniões expressas neste documento são aquelas dos painelistas e outros pesquisadores do projecto e não reflectem necessariamente as opiniões da USAID ou da FHI 360.